

Prefeitura de Salvador deve quase 500 milhões

Da sucursal de
SALVADOR

A Prefeitura de Salvador está em situação de quase insolvência: não tem condições de comprar a prazo porque seus débitos na praça são superiores a 80 milhões de cruzeiros e os fornecedores suspenderam as vendas nessas condições. Além disso, ela deve 120 milhões relativos a diversas desapropriações, 260 milhões ao Fundo de Garantia e mais de 30 milhões ao Instituto de Previdência de Salvador, de acordo com informação prestada ontem pelo prefeito Fernando Wilson Magalhães.

Segundo ele, a situação é tão delicada que, caso a Prefeitura tenha de pagar todas as indenizações constantes de processos

de desapropriações em andamento na Justiça, durante o prazo mínimo de um ano não será possível realizar qualquer projeto na cidade. Como um exemplo concreto da gravidade do problema, Magalhães revelou que seis caminhões do setor de limpeza pública ficaram vários meses parados, por falta de pneus.

Considerando-se as dívidas atuais da Prefeitura, e mais o que ela deve às empreiteiras, os débitos totalizam cerca de 500 milhões de cruzeiros, pouco menos da metade da receita prevista para este ano, que é de um bilhão e 94 milhões. Deste total, 50% já estão comprometidos com as despesas de pessoal.

Na opinião do prefeito, o motivo principal por essa situação

está no atual sistema tributário do País, "extremamente centralizado", embora outros problemas administrativos e o próprio crescimento da cidade (e da sua população) também sejam responsáveis.

Fernando Wilson Magalhães, que prefere falar sobre as consequências, não se aprofundando no exame pormenorizado das causas da insolvência, disse que, por enquanto, não existe um plano global destinado a solucionar a precária situação financeira do município. É sua intenção, porém, solucionar cada um dos casos isoladamente.

Dessa forma, mostra-se disposto a apelar até às últimas instâncias judiciais, contestando as avaliações das áreas desapropriadas, que, a seu ver, foram

supervalorizadas. Nos demais processos — ainda sem julgamento — pretende fazer acordos. Quanto ao débito junto ao Fundo de Garantia o prefeito determinou o seu pagamento imediato, com o objetivo de facilitar a concessão dos empréstimos solicitados pela Prefeitura junto ao BNH. Já as dívidas com o Instituto de Previdência de Salvador deverão ser parceladas.

Como solução a longo prazo — e definitiva — para o equilíbrio financeiro da Prefeitura, Magalhães defende a criação imediata de condições para a instalação na cidade, dos escritórios das grandes empresas que se estão fixando no Centro Industrial de Aratu e no pólo petroquímico de Camaçari.

Nada do que o prefeito diz é novidade, uma vez que venho denunciando esta situação desde 1975, quando assumi a Prefeitura de Salvador. Existe até quem diga que fui exonerado também por essas denúncias, o que pessoalmente não acredito." Jorge Hage Sobrinho, ex-prefeito da Capital baiana, um dos participantes, juntamente com Jaime Leirner, ex-prefeito de Curitiba, do debate sobre "Patrimônio Ambiental Urbano", realizado ontem à noite no Museu da Imagem e do Som, considera a situação de Salvador bastante grave, mas não inteiramente insolúvel.

Com características muito especiais, Salvador é uma cidade-dormitório da região metropoli-

tana e, com isso, perde todo o ICM gerado pelas indústrias. Apesar disso, fica com todos os encargos dos 85% das pessoas que trabalham em Aratu e no complexo petroquímico, mas residem e exigem serviços na Capital.

Hage critica, assim como o atual prefeito, o sistema tributário nacional, que é estrangulador para os municípios em geral, pois apenas 9% da receita pública nacional cabem aos quase quatro mil municípios, enquanto os Estados ficam com 36% e a União com 55%.

Para solucionar o problema da falta de recursos na cidade, Jorge Hage relembra as principais medidas adotadas por ele (a maioria alvo de violentas críticas na época): implantação de

cadastro técnico da cidade, baseada em aerofotogrametria, para atualizar a planta de valores imobiliários; atualização dos impostos imobiliários (aumento de até 300% para os imóveis das áreas nobres, 20% nas zonas pobres e isenção para os imóveis de até 15 mil cruzeiros); urbanização somente de bairros populares (nos bairros nobres já urbanizados só seriam feitas obras com a ajuda dos moradores interessados, que pagariam até um terço do seu valor).

O ex-prefeito fala também do Plano de Desenvolvimento Urbano que, na preocupação de viabilizar economicamente Salvador, se propunha a inverter o processo de expansão da cidade, feito até então com a construção de grandes extensões asfálticas.